



Remetido à Secretária Legislativa

Em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Estado da Paraíba

AO EXPEDIENTE DO DIA

29 de 07 de 1996

Em, 29 de 07 de 1996

Diretor da Ass. ao Plenário

**Assembléia Legislativa**

*Casa de Epitácio Pessoa*

Presidente



**PROJETO DE LEI Nº 525/96**

Reconhece de Utilidade Pública  
a Associação Comunitária  
Rural de Malhada dos Alves,  
no município de Sousa, e dá  
outras providências.

art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Malhada dos Alves - Comunidade de Malhada dos Alves, com sede e foro no município de Sousa.

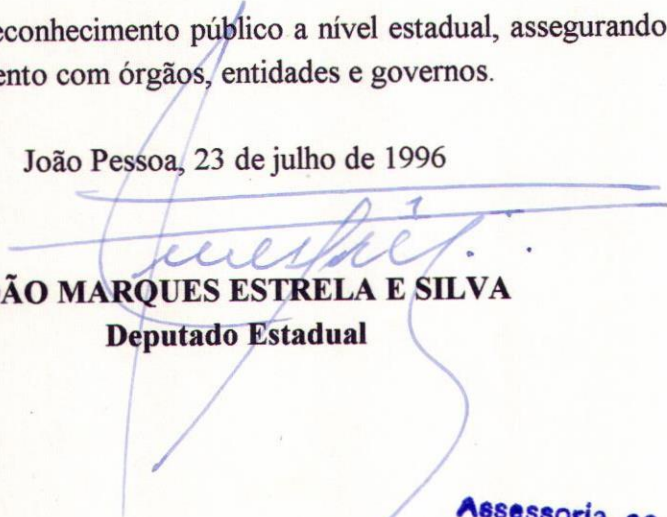
art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA

Objetiva o reconhecimento público a nível estadual, assegurando a mesma, a possibilidade de conveniamento com órgãos, entidades e governos.

João Pessoa, 23 de julho de 1996

  
**JOÃO MARQUES ESTRELA E SILVA**  
Deputado Estadual

Assessoria ao Plenário  
Constou no Expediente

Em 29/07/1996

Diretor da Ass. ao Plenário

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DA DELEGACIA DE SOUSA = PARAIBA.



EM FACE DAS INFORMAÇÕES  
ATESTO AFIRMATIVAMENTE

29 / 04 / 1996

Bel. Vicente Honorário Filho  
Delegado da Polícia Civil  
MAT. 69.971-2



ATESTADO DE PLENO FUNCIONAMENTO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE MALHADA DOS ALVES

XX XX XX XX XX XX XX XX XX, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede nesta cidade de Sousa-PB, no Bairro MALHADA DOS ALVES através de seu representante legal, o Presidente abaixo subscrito, vem mui respeitosamente, REQUERER de V.Sa., que se digne em ATESTAR que a referida entidade encontra-se em pleno funcionamento nesta cidade, atendendo as suas finalidades estatutárias.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Sousa-PB 29 / 04 / 1996

Marcelo Rodrigues de Almeida  
PRESIDENTE  
12.724.070/0001-49

Associação Comunitária Rural  
de Malhada dos Alves  
Sítio Malhada dos Alves, s/n

CEP 58.800-000

Zona Rural - SOUSA - PB

TESTEMUNHAS

1. José Percilio de Sousa  
End. Currupincho
2. Maria de Lourdes Alves de Oliveira  
End. Rua Joana D'Ávila nº 53 Estação
3. João da Silva  
End. Varzea da Jurema - Sousa PB



3  
ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE MALHADAS RURAIS DA COMUNIDADE  
DE MALHADA DOS ALVES, NO MUNICÍPIO DE SOUSA -PB, REALIZADA  
EM NO DIA DEZ DE MAIO DE HUM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E  
TREIS, VISANDO A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA.



Aos dez dia do mês de maio de hum mil, novecentos e noventa e treis, às nove e trinta da manhã, no Grupo Escolar da Comunidade de Malhada dos Alves, Município de Sousa-PB, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, sessenta e nove produtores e Donas de Casa, objetivando a criação da Associação Comunitária e a sua importância como Entidade em defesa dos interesses e aspirações da Comunidade e ainda a necessidade de se viver em grupo organizado. A orientação foi repassada aos presentes pelas Extensionistas Social da EMATER, Laurita Araújo e Maria de Fátima Sena. Para a escolha da primeira Diretoria concorreram dois candidatos, que obtiveram os seguintes resultados: Chapa de número um, para Presidente o senhor Dorian Rodrigues Oliveira, que obteve quarenta e dois sufrágios, Chapa de número dois Evandro Manoel de Melo com vinte e cinco sufrágios, havendo dois votos nulos. A chapa eleita foi constituída da seguinte forma: Presidente Dorian Rodrigues Oliveira, Vice-Presidente Tarcísio Rodrigues Marques, Secretário José Rodrigues Marques, Tesoureiro Francisco Bezerra de Melo, Conselho Fiscal : Laurindo Pamplona Neto, José Nilton de Sousa e Francisco Alves dos Santos. Secretariou e relatou a presente Ata de reunião, José Rodrigues Marques, em dez do maio de hum mil, novecentos e noventa e treis, que será assinada por mim, pelo Presidente e demais associados.

*Dorian Rodrigues Oliveira*  
DORIAN RODRIGUES OLIVEIRA

Presidente

*José Rodrigues Marques*  
JOSÉ RODRIGUES MARQUES  
Secretário



# 4<sup>a</sup> Reunião



Aos dez dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e cinco às quinze horas da tarde no grupo Escolar da Comunidade de Malhada dos Mús Municipis de Berto PB.

O presidente da Associação Sr. Dorian Rodrigues de Oliveira reuniu em assembleia geral Ordinária, todos os Sócios e a diretoria para discutir assunto de interesse de todos. Na oportunidade o presidente falou sobre o seu mandato que estava terminando, e que se algum sócio tivesse o interesse de se candidatar poderia se manifestar. Os sócios acharam por bem o atual presidente permanecer por mais um mandato e votaram todos perante a mesa dos detentos e dois sócios compareceram e votaram quarenta e quatro na ocasião ficou definido que o Sr. Dorian Rodrigues de Oliveira continuará na presidência por mais dois anos juntamente com todo o diretório.

Relatou o presente ato da reunião o secretário José Rodrigues Marques que ficou assinado por mim, pelo Presidente e demais associados.

Dorian Rodrigues de Oliveira  
PRESIDENTE

José Rodrigues Marques  
SECRETÁRIO



x Azuiz apóst de Melo Fiscal

Antonio F. C. Meitade Silva +

Valdemar Rodrigues de Oliveira +

Elio Perin de Lima

Mario Ferreira da Silva +

Miguel Loureiro do Mello +

Francisca Ferreira de Andrade +

José Inacio Subrinho

Francisco Rodrigues Marques +

Antonio Perin de Sousa

Josimar Pereira de Sousa

Eliomar Pereira de Sousa +

Francisco Gerardo de Assis +

Zilmar de Melo +

Alexiana de Melo Zambora

José Ferreira Campos +

Agostinho Pereira de Sousa +

Paulo Ferreira Campos +

Elio Ferreira Campos +

Hélio Pereira de Sousa +

Frederico / José de Melo +

Adsonia Fco de Sousa x

Francisco Freijero x

João Antonio Freijero +

Edvaldo Pereira da Silva

Maria Helice de Melo Sousa

José Humberto de Silva +

José Bello de Sousa +

Antonio Ferreira de Melo +

Dame Maria de Melo

Ana Maria de Sousa +

Sivaldo Ferreira de Sousa

x Espedita Ma dos Anjos +





Maria Lídia Rodrigues Viana	+	Tesoureiro
<del>Vesian Rodrigues Rodinda</del>	+	Presidente
Luzia Bezerra de Melo	+	
Evandro Manoel Lopes de Melo	+	
Maria do Socorro dos Santos	X	
Francisco Alves dos Santos		
Francisco João dos Santos		
Luiz José de Abreu		
José Roberto de Silva	*	
Francisco Il do de Melo		



que envolvam responsabilidades financeiras.

**CAPÍTULO V**  
**DO CONSELHO FISCAL**

Art. 204) - O Conselho Fiscal compõe-se de 03 (três) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral dentre os membros ativos mantenedores, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 214) - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Examinar os livros, documentos e balancetes, verificar a situação financeira da Entidade;
- II- Convocar extraordinariamente a Diretoria com ou sem Assembleia, quando ocorrerem graves e urgentes motivos;
- III- Fiscalizar as atividades da Diretoria.

**CAPÍTULO VI**

Art. 224) - São sócios:

- I- Fundadores todos aqueles que assinaram a Ata de fundação;
- II- Efetivos aqueles residentes em RIACHÃO, ou nas comunidades circunvizinhas, associados da Associação Comunitária Rural de RIACHÃO, e que cumpram as determinações do presente Estatuto;
- III- Beneméritos aqueles que são eleitos pela Assembleia Geral mediante seus relevantes serviços prestados à Associação Comunitária Rural de RIACHÃO;
- IV- Contribuintes são as entidades ou órgãos que contribuem, diretamente ou através dos Poderes Públicos, com recursos financeiros ou técnicos, visando realizações dentro das finalidades da Associação Comunitária Rural de RIACHÃO.

Art. 234) - Têm direito de voto os membros e mantenedores terão direito a voto, ativo ou passivo, nas Assembleias Gerais.

Art. 244) - Os órgãos da Associação Comunitária Rural de RIACHÃO, não respondem pessoalmente pelas obrigações em nome da Entidade.

Art. 246) - São direitos dos associados fundadores e efetivos:

- I- Votar e ser votado;
- II- Participar das Assembleias Gerais e apresentar sugestões;
- III- Saber identidade de sócios;
- IV- Ser informado dos benefícios da Associação Comunitária Rural de RIACHÃO;
- V- Reclamar quando se achar prejudicado em seus direitos.

Art. 254) - São obrigações dos associados fundadores e efetivos:

- I- Conservar o bom nome da Associação Comunitária Rural de RIACHÃO;
- II- Contribuir com a importância determinada pela Assembleia Geral;
- III- Comparecer às reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, quando convocados;
- IV- Participar dos trabalhos realizados na comunidade;
- V- Participar do desenvolvimento das atividades, projetos e outras, executadas pela Associação Comunitária Rural de RIACHÃO.

**CAPÍTULO VII**  
**DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Art. 264) - O Conselho da Associação Comunitária Rural de RIACHÃO, será constituído pelos bens que seguirão:

Art. 274) - A Diretoria será constituída pelos recursos da comunidade, e/ou de outros órgãos e instituições que lhes forem destinados pelos poderes mantenedores e outros.

Art. 284) - Os membros da Associação Comunitária Rural de RIACHÃO, serão destinados exclusivamente para o desenvolvimento das atividades, projetos e outras, executadas pela Associação Comunitária Rural de RIACHÃO, após verificação da necessidade da mesma.

Art. 294) - A Diretoria será constituída pelos recursos da comunidade, e/ou de outros órgãos e instituições que lhes forem destinados pelos poderes mantenedores e outros.

afastamento, em Assembleia Extraordinária.

Art. 314) - O mandato de todos os membros da Diretoria de entidade, é de 02 (dois) anos.

Art. 324) - A Diretoria, existirá até que fique reduzida a número inferior a 10 (dez) associados com a aprovação de sua Assembleia Geral.

Art. 334) - O (a) Associação receberá orientação da EMATER-PA, sempre que necessário.

Art. 344) - O Conselho Fiscal verificará a veracidade das informações e consequentemente as responsabilidades.

Art. 354) - Os funcionários deste Estatuto serão responsáveis pela Diretoria em exercício.

Art. 364) - Em caso de dissolução, do (a) Associação, os seus bens, patrimônios e recursos serão uma entidade de fins não lucrativos indicada em Assembleia Geral.

Art. 374) - Este Estatuto vigorará a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**DIRETORIA EXECUTIVA**

- PRESIDENTE: Feo Antonio Correia de Sa
- VICE: Elizir de Sousa Barbosa
- TESOUREIRO: Feo Manoel da Silva
- SECRETÁRIO: Feo Manoel da Silva
- CONSELHO FISCAL: 01- Feo Benedito Sgbrino  
02- Feo Benigno Pereira  
03- Euagene de Sousa Barbosa

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE**

**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, DO OBJETO, DO FINE**

Art. 14) - A Associação Comunitária Rural de MALHAM DOS ALVES, fundada em 10 de MAIO de 1993, com sede em MALHAM DOS ALVES, Município de SOUSA, Estado da Paraíba e foro jurídico na comarca de SOUSA.

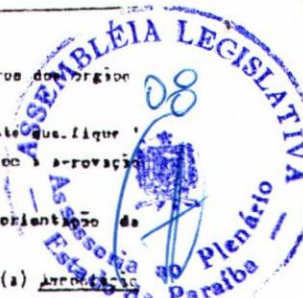
Art. 16) - A Associação Comunitária Rural de MALHAM DOS ALVES, tem por finalidades:

- I- Reunir pessoas da comunidade para tratar de assuntos comuns;
- II- Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da comunidade, através da integração de seus moradores;
- III- Conscientizar a comunidade de sua potencialidade, levando-a a reconhecer nos seus anseios;
- IV- Colaborar com Poderes Públicos nas iniciativas de interesse coletivo;
- V- Promover o desenvolvimento em todos os setores da comunidade e das circunvizinhas, dentro das suas limitações;
- VI- Orientar as pessoas para o desenvolvimento rural e para o emprego de recursos financeiros e humanos, visando a melhoria das famílias dos produtores.

Art. 18) - Compete a (o) Associação Comunitária Rural de MALHAM DOS ALVES:

- I- Apresentar aos Poderes Públicos, sugestões visando o bem da comunidade;
- II- Integrar sua ação com a de outros órgãos e instituições comprometidos no desenvolvimento das zonas rurais;
- III- Estabelecer sistema adequado de controle na aplicação dos recursos que venha receber, tendo em vista a comprovação das despesas realizadas, perante as Entidades ou órgãos de concessão dos recursos;
- IV- Colaborar para a contínua e crescente integração com os Poderes Públicos, órgãos e Entidades que visem o desenvolvimento rural;
- V- Integrar-se com os outros órgãos e Entidades, no atendimento das necessidades da comunidade;
- VI- Realizar suas atividades e realizações.

Art. 20) - O prazo de duração da Associação Comunitária Rural de MALHAM DOS ALVES, será de 02 (dois) anos.





DAS ELEIÇÕES E VAGÂNCIAS

Art. 22 - O associado poderá votar e ser votado para qualquer cargo de direção que esteja em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 23 - Não há voto por procuração em nenhuma das instâncias deliberativas da Associação de Moradores do Bairro André Gadelha-AMRAG.

Art. 24 - As eleições da diretoria deverão ocorrer em assembleia-geral ordinária, simultaneamente convocadas para esse fim.

Art. 25 - O mandato da diretoria deverá ser de dois a dois anos, dos direitos sociais, assim a assembleia geral decide.

Art. 26 - Só poderá pertencer a diretoria e concorrer às eleições o associado em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 27 - A eleição da diretoria será direta, através do voto secreto, e deverá ser datilografada, mimeografada ou impressa, e terão que constar os nomes e endereços completos dos candidatos para todos os cargos indicados, com nomes e endereços completos.

Art. 28 - A assembleia-geral da AMRAG, em sua soberania, decidirá sobre o sistema de votação nos casos especiais.

Art. 29 - A inscrição de chapas deverá ser precedida de prévia aprovação da diretoria da associação e/ou União das Associações.

DO PATRIMÔNIO DA AMRAG

Art. 30 - O patrimônio da AMRAG destina-se exclusivamente às finalidades da associação do bairro e será formado por: a) bens móveis e imóveis que vierem a ser incorporados por compra, doação, legado, ou outras formas legais; b) produto da venda de publicação e da realização de eventos de qualquer natureza; c) contribuições dos associados; d) doações, auxílios, subvenções particulares ou dos poderes públicos e fundações; e) inclusive decorrente da aplicação de fundos ou alienação de bens.

Art. 31 - Os bens imóveis da AMRAG só poderão ser adquiridos, onerados ou alienados a qualquer título por proposta de um dos associados, aprovada em assembleia-geral extra-ordinária, especialmente convocada para este fim, onde estejam presentes, pelo menos, dois terços dos associados no gozo de seus direitos sociais.

Art. 32 - Não havendo quórum, proceder-se-á a uma segunda convocação, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 33 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma terceira reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 34 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma quarta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 35 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma quinta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36 - A AMRAG não haverá preconceitos ideológico, político-partidário, religioso, de raça, cor e condição social.

Art. 37 - Todos os cargos diretivos da AMRAG serão exercidos em caráter de voluntariado.

Art. 38 - A Instituição só poderá ser dissolvida em assembleia-geral, convocada especialmente para este fim, onde estejam presentes, no mínimo, dois terços dos associados, em pleno gozo de suas prerrogativas sociais.

Art. 39 - Em caso de dissolução, os bens da AMRAG serão doados a uma entidade que cumpra a mesma finalidade filantrópica que esta do bairro.

Art. 40 - Este Estatuto poderá ser reformulado ou alterado, mediante proposta de qualquer associado, aprovada em assembleia-geral extra-ordinária, especialmente convocada para este fim, onde estejam presentes, pelo menos, dois terços dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 41 - Não havendo quórum, proceder-se-á a uma segunda convocação, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 42 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma terceira reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 43 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma quarta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 44 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma quinta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 45 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma sexta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 46 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma sétima reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 47 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma oitava reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 48 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma nona reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 49 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 50 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima primeira reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 51 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima segunda reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 52 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima terceira reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 53 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima quarta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 54 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima quinta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 55 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima sexta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 56 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima sétima reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 57 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima oitava reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 58 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma décima nona reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 59 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma vigésima reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

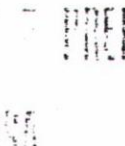
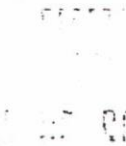
Art. 60 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma vigésima primeira reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 61 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma vigésima segunda reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 62 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma vigésima terceira reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 63 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma vigésima quarta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.

Art. 64 - Se não for atingido o quórum, a assembleia-geral poderá ser convocada para uma vigésima quinta reunião, com prazo fixado, em intervalo mínimo de dez dias, quando poderá ser tomada a decisão com dois terços dos presentes, ainda que não seja atingido o quórum previsto neste Artigo.



Feira Municipal de Artes



1.º Cartório - Reg. Geral de Imóveis - Reg. de Títulos e Documentos - Tabelionato  
Praça Capitão Manoel Gadelha, 14 - Sousa-PB. — Fone: 521-1211  
Tabelião — TEREZINHA DE LISIEUX AGRANTES GADELHA  
Substituto — José Luciano Gadelha Fontes Filho

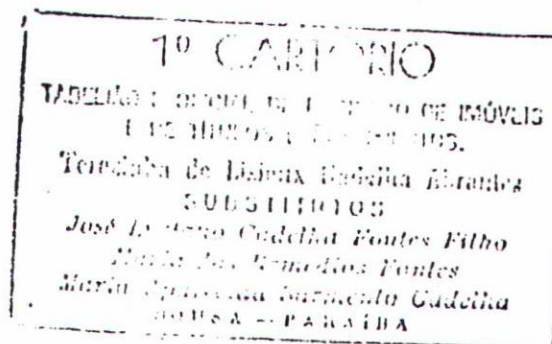


Terezinna de Lencoux Gadelha Abre-  
tas, Oficial do Registro de Posso-  
as Jurídicas do 1º Cartório, da Co-  
marca de Sousa, Estado da Paraíba,  
na forma da lei, etc.

Certifica a requerimento Verbal da pessoa interessada, que revendo o livro de pessoas jurídicas deste cartório e a meu cargo, nela consta o registro da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE MACHADÃO DOS ALVES, deste município, sob nº 196, fls 118, datado de 03.08.1993. O referido é verdade; Dou fé. x-x-y-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-y-x-

Souza, 03 de agosto de 1923.

\_\_\_\_\_  
Oficial do Registro.







OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. CONHECER E MANEJAR O CONTRIBUINTE E O ESTABELECIMENTO.
2. PREPARAR, A MÁQUINA, EM JORNAL, AS PERMISSÕES DE CREDITO.
3. MANUTENÇÃO DE QUADROS DE TIPO DA RENTABILIDADE.
4. DESAFRANQUEAMENTO DE ITENS FISCALIS PARA FIM DE JORNAL.
5. ANOTAÇÃO DE CREDITO DE CANCELAMENTO DA SÚMULA DE JORNAL.
6. ANOTAÇÃO DE CREDITO DE CANCELAMENTO DA SÚMULA DE JORNAL.

1. 724 072/0001-49

\* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO DE C. O. C. PELA PRATO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE RENOVACÃO ANTERIOR, SE FOR O CASO.

INFORMAÇÕES GERAIS				INFORMAÇÕES FINANCEIRAS			
1. INSCRIÇÃO ANTERIOR AO C. O. C.				2. INSCRIÇÃO DO CAPITAL			
3. SITUAÇÃO DE DÍVIDA NA MAIORIA DE ANOS				4. PAZ DA CAPITAL (ANEXO 1)			
5. NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR DO C. O. C.				6. NÚMERO DE C. O. C.			
7. ASSOCIAÇÃO COM "A" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHE MENSALMENTE				8. ASSOCIAÇÃO COM "A" A FORMA DE CONTRIBUIÇÃO			
9. ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE				10. PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PELO C. O. C.			
11. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				12. CONTROLE DE REMISSA DE DOCUMENTOS			
13. ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE				14. RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA LEI			
15. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				15. RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA LEI			
16. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				16. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
17. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				17. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
18. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				18. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
19. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				19. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
20. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				20. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
21. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				21. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
22. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				22. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
23. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				23. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
24. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				24. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
25. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				25. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
26. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				26. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
27. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				27. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
28. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				28. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
29. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				29. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
30. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				30. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
31. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				31. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
32. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				32. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
33. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				33. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
34. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				34. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
35. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				35. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
36. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				36. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
37. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				37. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
38. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				38. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
39. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				39. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
40. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				40. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
41. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				41. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
42. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				42. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
43. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				43. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
44. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				44. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
45. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				45. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
46. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				46. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
47. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				47. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
48. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				48. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
49. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				49. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
50. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				50. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
51. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				51. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
52. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				52. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
53. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				53. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
54. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				54. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
55. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				55. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
56. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				56. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
57. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				57. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
58. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				58. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
59. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				59. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
60. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				60. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
61. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				61. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
62. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				62. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
63. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				63. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
64. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				64. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
65. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				65. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
66. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				66. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
67. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				67. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
68. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				68. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
69. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				69. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
70. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				70. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
71. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				71. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
72. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				72. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
73. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				73. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
74. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				74. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
75. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				75. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
76. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				76. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
77. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				77. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
78. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				78. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
79. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				79. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
80. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				80. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
81. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				81. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
82. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				82. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
83. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				83. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
84. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				84. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
85. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				85. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
86. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				86. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
87. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				87. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
88. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				88. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
89. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				89. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
90. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				90. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
91. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				91. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
92. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				92. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
93. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				93. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
94. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				94. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
95. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				95. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
96. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				96. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
97. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				97. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
98. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				98. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
99. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				99. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			
100. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA				100. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA			



Senhor Contribuinte,

Estamos fazendo a entrega do Cartão CGC de seu estabelecimento.


Confira os dados do Cartão e, se houver divergência, procure o Órgão da Secretaria da Receita Federal que o jurisdiciona para as alterações necessárias.

Verifique o Carimbo Padronizado do CGC que está sendo utilizado por seu estabelecimento. Lembre-se que, para a Secretaria da Receita Federal, as informações que constam do carimbo identificam quem apresentou declarações e quem pagou o imposto.


Caso o Carimbo Padronizado não esteja PERFEITAMENTE LEGÍVEL ou apresente dados incorretos, substitua-o imediatamente para evitar que seu estabelecimento seja considerado omissor ou devedor.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

093330

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO	<b>CGC</b>	NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.724.076/0001-49	
		ATIV. PRINCIPAL 61.11	VÁLIDO ATÉ 30/06/97
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIAÇÃO			
CPF DO RESPONSÁVEL 302639214-68	ÓRGÃO DA SRF 0430106 - SOUSA		
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA RURAL DE MALHADA DOS ALVES			
NOME FANTASIA			
LOGRADOURO ST MALHADA DOS ALVES	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 58800-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO SOUSA	UF PB
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC			

M950506

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO	<b>CGC</b>	NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.724.076/0001-49	
		ATIV. PRINCIPAL 61.11	VÁLIDO ATÉ 30/06/97
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIAÇÃO			
CPF DO RESPONSÁVEL 302639214-68	ÓRGÃO DA SRF 0430106 - SOUSA		
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA RURAL DE MALHADA DOS ALVES			
NOME FANTASIA			
LOGRADOURO ST MALHADA DOS ALVES	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 58800-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO SOUSA	UF PB
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC			

M950506







*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*



Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. \_\_\_\_\_ Sob No \_\_\_\_\_  
EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 19 \_\_\_\_\_

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
de 19 \_\_\_\_\_  
M \_\_\_\_\_ / 19 \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa  
Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator  
o Deputado Enóbio Tascano  
Em 30 de 07 de 1996  
\_\_\_\_\_  
Presidente





13  
**Estado da Paraíba**  
**Assembleia Legislativa**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PROJETO DE LEI Nº 525/96

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rural de Malhada dos Alves, no Município de Sousa e dá outras providências.

AUTOR : O DEPUTADO JOÃO MARQUES ESTRELA

RELATOR: O DEPUTADO ZENÓBIO TOSCANO

P A R E C E R :

i -

RELATÓRIO:

Recebe esta Comissão técnica, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do ilustre parlamentar deputado João Marques Estrela objetivando através deste, que esta Casa Legislativa, DECLARE como de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rural de Malhada dos Alves, com sede e foro no Município de Sousa-Pb.

É O RELATÓRIO

II -

VOTO DO RELATOR:

Sob a luz da legislação pertinente que habilita matérias dessa espécie, esta relatoria não encontrou nenhum entrave que possa obstacular a pacífica tramitação da presente proposição e consequente aprovação, ademais, vale salientar, que para atender determinação prévia desta Comissão, o autor fez juntada de uma Declaração de uma autoridade local competente, comprovando a existência de fato da Associação em tela bem como o seu regular funcionamento, motivos pelos quais esta relatoria é levada a concordar e opinar favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 525/96, por considerá-lo CONSTITUCIONAL.

É O VOTO

DEP. ZENÓBIO TOSCANO  
RELATOR





14  
Estado da Paraíba

## Assembleia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

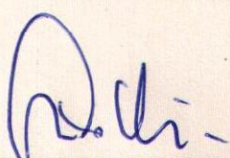
= 2 =

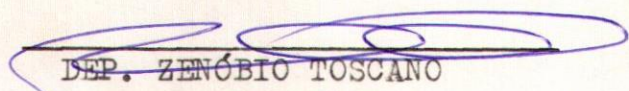
111 -

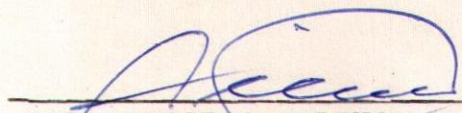
### PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação reunida na totalidade dos seus membros titulares, decidiu por unanimidade, acatar e adotar a opinião do ilustre relator deputado Zenóbio Toscano nos mesmos termos do seu brilhante parecer, opinando favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 525/96, na sua forma original, por considerá-lo Constitucional.


Sala da Comissão, 02 de agosto de 1996

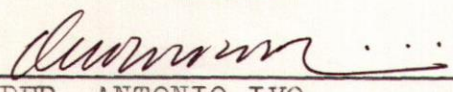
  
\_\_\_\_\_  
DEP. GERVASIO MAIA  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
DEP. ZENÓBIO TOSCANO  
RELATOR

  
\_\_\_\_\_  
DEP. TARCIZO TELINO  
MEMBRO

\_\_\_\_\_  
DEP. PADRE ADELINO  
MEMBRO

  
\_\_\_\_\_  
DEP. AÉRCIO PEREIRA  
MEMBRO

  
\_\_\_\_\_  
DEP. ANTONIO IVO  
MEMBRO

\_\_\_\_\_  
DEP. VANI BRAGA  
MEMBRO

EFS.





15

*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

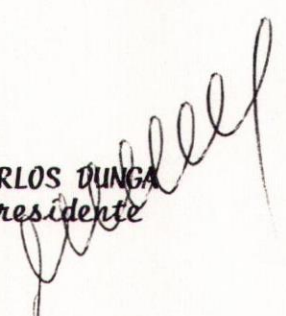
Ofício nº 1518/GP

João Pessoa, 24 de setembro de 1996.

Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência, Autógrafo do Projeto de Lei nº 525/96, de autoria do Deputado JOÃO ESTRELA, que reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Malhada dos Alves, no Município de Sousa e dá outras providências.

Atenciosamente,

  
CARLOS DUNGA  
Presidente

Exmo. Sr.

JOSE TARGINO MARANHÃO

Governador do Estado da Paraíba

N e s t a





1.6

*Estado da Paraíba*  
**Assembléia Legislativa**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

AUTÓGRAFO Nº 141/GP

PROJETO DE LEI Nº 525/96

Reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Malhada dos Alves, no Município de Sousa e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

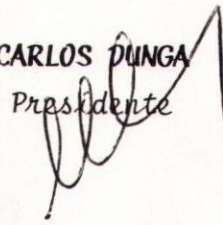
1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Malhada dos Alves, no Município de Sousa.

2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa,  
24 de setembro de 1996.

CARLOS DUNGA  
Presidente







**ESTADO DA PARAÍBA**

Publicado Diário Oficial  
DESTA DATA  
Em, 12 / 10 / 96  
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

LEI N.º 6.350 , DE 09 DE outubro DE 1996

**Reconhece de utilidade pública a  
Associação Comunitária Rural de  
Malhada dos Alves, no Município  
de Sousa e dá outras  
providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :**

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º -** Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Malhada dos Alves, no Município de Sousa.

**Art. 2º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**, em João Pessoa, 09 de outubro de 1996; 107º da Proclamação da República.

  
**JOSE TARGINO MARANHÃO**  
GOVERNADOR